Referência em hanseníase

Novo ambulatório de hanseníase do IOC realiza doagnóstico e oferece tratamento

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, inaugurou no final de maio as novas instalações do Ambulatório Souza Araújo de atendimento à hanseníase do Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Temporão enfatizou a importância do combate ao preconceito sobre a doença e defendeu a adoção de uma visão mais humanista do tratamento médico ligado ao Sistema Único de Saúde (SUS). A inauguração integrou as comemorações dos 108 anos do Instituto Oswaldo Cruz IOC e da Fiocruz.

O ambulatório é responsável pelo diagnóstico de 7% a 10% dos casos de hanseníase notificados no Estado do Rio de Janeiro e de 20 a 30% dos casos notificados no município. As novas instalações garantem uma atenção de melhor qualidade às pessoas atendidas nas cerca de 450 consultas realizadas a cada mês.

O Souza Araújo conta com 12 profissionais – entre médicos, neurologistas, enfermeiros, assistentes sociais, fisioterapeutas e técnicos de enfermagem – para realizar o diagnóstico clínico e tratamento de pacientes. Fundado em 1987, o Ambulatório Souza Araújo atendeu, até 2007, 1.982 pacientes. O ambulatório foi um dos centros pioneiros na adoção da poliquimioterapia (PQT) no Brasil, ainda no final da década de 80, quando o tratamento passou a ser indicado como protocolo pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O Ministro da Saúde José Gomes Temporão (segundo à esquerda) prestigiou a inauguração

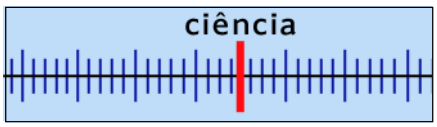
Pesquisas na internet

O Projeto de Lei 1.120/2007, de autoria do deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. A proposta prevê que as instituições de ensino superior e unidades de pesquisa devem publicar sua produção na internet. Isso significa que as instituições deverão criar um "repositório institucional" (banco de dados) com trabalhos de conclusão de mestrado, doutorado e pós-doutorado de alunos e professores, assim como resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos.

O relator do projeto, deputado Ariosto Holanda, acrescentou uma emenda que inclui todas as instituições públicas brasileiras e a totalidade das publicações produzidas por elas no âmbito da lei. Estariam livres dessa obrigatoriedade somente as publicações protegidas por *copyright*, e pesquisas que tenham a possibilidade de gerar patentes. Por outro lado, elas deveriam ao menos publicar informações básicas.

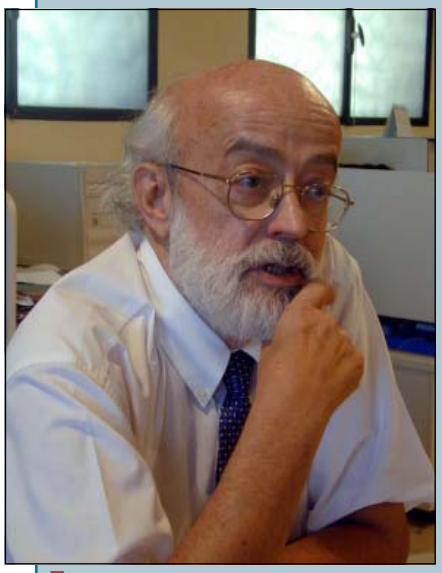
O projeto tramita em caráter conclusivo – sem necessidade de ser levado ao plenário da Câmara. A proposta será analisada agora pelas comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Ciência no rádio



Ciência e tecnologia, música e literatura são as apostas do programa *Electron*, uma parceria entre a Rádio MEC AM 800 KHz e Museu da Vida da Fiocruz, que vai ao ar toda quinta-feira. A cada semana, um cientista discute temas como pré-história, sons do cotidiano (acústica), biocombustíveis, nanotecnologia, células-tronco e história da ciência brasileira. A atração é veiculada às 12h30 e também é encontrada na internet em <http://www.radiomec.com.br/online/>.

Experimentação com animais



Arouca (1941/2003): autor do projeto de lei

Depois de 12 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovada na Câmara dos Deputados a chamada Lei Arouca, que regulamenta a experimentação com animais no Brasil. Agora a lei - aprovada na forma do substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia - será votada pelo Senado. Membros de diferentes entidades científicas, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciências, a Federação das Sociedades de Biologia Experimental (Fesbe), a UFRJ e a Fiocruz, estiveram mobilizados nos últimos meses para a aprovação do projeto que trata das regras para uso de animais em pesquisas.

Aplicar os princípios da ética em pesquisa aos experimentos realizados com animais foi mais uma das bandeiras que Sergio Arouca (1941-2003), ex-presidente da Fundação, defendeu no Parlamento. O Projeto de Lei 1.153/95 estabelece regras para o uso de animais em atividades de ensino, pesquisa e experimentação em todo o Brasil, criando o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea). O Conselho ficará subordinado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Parceria com MST

Começou no final de maio, o curso *especialização técnica em saúde ambiental para a população do campo*, que acontece no Centro de Formação Maria Olinda (Ceforma) — escola do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) — e no assentamento *Zumbi dos Palmares*, ambos em São Mateus (Espírito Santo).

O curso faz parte de uma parceria entre o MST e a Escola Politécnica de Saúde da Fiocruz. A cooperação consiste no envio de docentes qualificados para a formação dos alunos, na produção do material didático utilizado nas aulas e na elaboração, conjunta com o MST, da grade curricular. O projeto também conta com o apoio financeiro da Coordenadoria Geral de Vigilância Ambiental (Cegevam) do Ministério da Saúde.

Os participantes do curso foram selecionados pelo movimento entre representantes de diversos assentamentos, levando em conta aqueles que tinham mais necessidade de qualificação na área. Estão presentes assentados vindos de todas as regiões do país. Além da indicação, é requisitado que o aluno tenha concluído o Ensino Médio.

O curso é dividido em 4 unidades de aprendizagem, num total de 12 módulos, e tem previsão para ser concluído em março de 2009. A carga horária é de 582 horas, sendo 438 de aulas teóricas e 144 de aulas práticas — realizadas como trabalho de campo no assentamento de São Mateus.

Esse projeto é resultado de uma pesquisa intitulada *Demandas de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: elementos para a formulação de proposta didático-pedagógica voltada para a promoção à saúde, estratégias de promoção à saúde da população do campo*. Ainda em andamento, a pesquisa busca identificar e analisar as demandas de saúde nas áreas de assentamento.

Patente de anti-retroviral

O governo brasileiro celebra mais um avanço no combate à Aids. Farmanguinhos, unidade da Fiocruz, e a fabricante de medicamentos Blanver obtiveram, em parceria, o registro da patente na Espanha do anti-retroviral DDI Entérico. Até o fim do ano, o Brasil deve começar a produzir o medicamento, que faz parte do coquetel anti-Aids que, hoje, custa quase US$ 10 milhões por ano ao governo federal. A maior parte do orçamento do Programa Nacional de DST/Aids é usada na compra de medicamentos. O Ministério da Saúde oferece acesso universal e gratuito ao tratamento da Aids.

O Brasil consome hoje 7 milhões de comprimidos, ao custo unitário de US$1,40. Com a produção local, o diretor de Farmanguinhos, Eduardo

Costa, estima que o preço caia, progressivamente, à metade. "O registro na Europa é importante, pois permitirá que o medicamento seja exportado", diz. Atualmente, o coquetel é distribuído a 180 mil pacientes no país.